

A VINCULAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: UMA GARANTIA PARA A FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS NO ISOLAMENTO SOCIAL¹

Marinalva Reginaldo Santos²

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o vínculo escola-família como garantia da continuidade do processo pedagógico em tempos de isolamento social. Ao longo da história a vinculação entre a escola e a família há sido muito debatido, desde os primeiros trabalhos escritos pelos pedagogos Comenius (1592-1679), Pestalozzi (1746-1827), Ruseau (1712-1778), Froebel, (1782-1852), Dewey (1859-1952), Montessori (1870-1952), Freinet (1896-1966), Piaget (1896-1980), Teixeira (1900-1971), Freire (1921-1997), Mascellani (1931-1999) e outros), sempre se há prestado atenção ao papel que a cada instituição corresponde na sociedade, até muitos defendam a hipóteses que a instrução (transmissão de saberes) é para a escola e a educação para a família. A revisão bibliográfica permitiu uma abordagem histórica para entender as mudanças ocorridas ao longo do tempo enquanto as funções de cada, e a razão que os une para cumprir o encargo social de preparar cada home para servir a sociedade como homem de bens. As mudanças que ocorrem na sociedade, movimenta o sistema social todo, a escola vá mudando e a família tem que assumir novos roles, sobre todo em relação com a educação e a instrução dos filhos, a responsabilidade nas condições atuais assim o demandam.

Palavras- chaves: Escola. Família. Vínculo escola-família.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vai cambiando de maneira acelerada, graças aos avanços da ciência e a tecnologia, mas também as mudanças ambientais; como todo sistema a sociedade é um sistema social complexo que pela sua vez, é movimentada mediante as relações dos microssistemas que a conformam. Nesse movimento, a educação tem um role fundamental, pois ela é quem garante que as novas gerações estejam preparados para viver em harmonia com as demandas sociais; más nesse processo a escola tem a responsabilidade de oferecer de maneira organizada e planejada, os conhecimentos necessários para se enfrentar as novas realidades.

DOWLING e OSBORNE (1996) destaca que é claro que as escolas não estão livres de mudanças em uma sociedade onde tantos eventos estão acontecendo e cada dia trata-se de melhorar as condições para que as tarefas de aprendizagem sejam realizadas. Nesse sentido, como microssistema social aberto, tendente a mudar, está disposta a levar em conta alternativas, com limites facilmente

¹ Artigo Científico Original do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Programa de Formação de Pesquisadores em Educação - 2020.

² Graduada em Pedagogia, Docente na Escola Rosimeire Aparecida Da Silva, Lucialva – Distrito de Jauru – Mato Grosso

reconhecíveis, não muito rígidas, e uma organização que permite influências externas sem que a equipe de educação as experimente como uma ameaça à sua própria integridade.

Na busca de soluções aos problemas educacionais, a escola tenta, segundo Torralba (2015):

Unir, estimular e orientar o debate entre os adultos envolvidos: famílias, professores e outros profissionais que têm uma relação de intervir e promover a criação de sinergias e melhorar espaços de participação, o que deve permitir a troca equitativa das pessoas envolvidas. (TORRALBA, 2015, p.16)

O fim da escola, é oferecer uma educação de qualidade que satisfaça as demandas sociais, e intenta cumprir cambiando a praticas pedagógicas adaptando-as aos novos cenários surgidos com a penetração da tecnologia; mas nesse empenho que é atravessado por múltiplos interesses: social, cultural, político, econômico, precisa de muita unidade com a família.

O presente artigo pretende analisar o vínculo escola-família como garantia da continuidade do processo pedagógico em tempos de isolamento social. Através de uma pesquisa bibliográfica permitirá meditar sobre as transformações pelas quais estão passando as instituições família-escola e como estas podem acompanhar as mudanças sem perder de vista o objetivo comum que é educar a criança e constatar a importância dessa parceria como contribuição para a melhoria da qualidade do ensino.

A FAMÍLIA E A ESCOLA, HOJE UMA SOLA INSTITUIÇÃO EM CENÁRIOS DIFERENTES

Após o nascimento de uma criança e durante os estágios iniciais de seu desenvolvimento como um "ser social" começa a receber a educação da família "primeiros sabres", então esses "conhecimentos" continuam na escola. O desenvolvimento dos pequenos é influenciado por contextos que estão relacionados uns aos outros, na forma de uma rede. É evidente que alguns dos contextos dessa rede estão mais distantes, mas não há dúvida, que o contexto familiar e escolar está próximo da criança e entre si (entre família e escola), constituindo-se como cenários essenciais para seu desenvolvimento, mas não os únicos.

Enquanto a família é o primeiro mundo social do menino e da menina em seu início de vida, a família não desempenha mais seu papel socializador totalizador em

outros tempos. Hoje, outros atores sociais assumiram muitas das funções que antes eram de responsabilidade da família.

Na verdade, como Bronfenbrenner defendeu (1987), os médios rompem a uniformidade entre as duas instituições, no que diz respeito às obrigações e experiências que trazem às crianças, é um elemento positivo para elas, uma vez que isso afeta a aquisição de uma série de competências, que promovem o desenvolvimento responsável e autônomo das crianças ao longo de seu processo evolutivo. Isso pode ser vislumbrado, pois sendo diferentes contextos, eles devem implantar todas as suas habilidades no momento de tomar uma decisão por si mesmos, condicionados pelo ambiente em que se encontram, assumindo, em última instância, a responsabilidade pelas consequências que suas ações, promovidas por essa decisão, geram.

Portanto, como Oliveira e Palácios bem se manifestam (2000), esse contraste entre as duas instituições, pode ser entendido como a busca por um equilíbrio, uma vez que a criança está recebendo demandas diferentes, mas ao mesmo tempo complementares, afetando-o positivamente como pessoa, uma vez que favorece um desenvolvimento harmonioso.

Para entender o fenômeno da relação escola-família, vamos começar reconhecendo cada elemento dessa relação. Por sua vez, conceptualmente a família é definida como um grupo primário unidos principalmente por laços de sangue e afeto. (GOMES, 1988) Também é considerada como uma instituição básica e fundamental da sociedade, orientada e organizada para responder e satisfazer os requisitos de seus membros, vinculando-os ao mundo social, possibilitando assim a internalização, a recreação e a perpetuação da cultura através do processo de socialização (SZYMANSKI, 2002).

A família é o contexto inicialmente responsável pelo processo educacional segundo Ruiz e Fernández (2009):

É na família que são estabelecidas as primeiras diretrizes de socialização e os primeiros aprendizados orientados à maturidade, cuidado e responsabilidade e é onde se estabelecem os laços de afeto e relacionamento que durarão a vida toda e que devem dar oportunidades de bem-estar, desenvolvimento e ser favorável ao processo de socialização no âmbito da cultura familiar e da cultura do lugar onde você vive (identidade cultural) (RUIZ; FERNANDES, 2002, p.132)".

Esse processo de desenvolvimento pessoal, no caminho da cultura, é fundamental desde os primórdios, só pode ocorrer em um clima de segurança e confiança. As crianças, por causa de sua fragilidade, precisam desse ambiente onde os adultos dão respostas educativas, tomam decisões e se relacionam com os outros casos de socialização: escola e comunidade, onde têm que incorporar gradualmente.

Na construção do espaço familiar, segundo Fernández (2002), cada sujeito carrega um fundo pessoal, interpreta suas experiências e faz uma revisão e renegociação dentro do casal e com as pessoas com as quais ele estará ligado. Posteriormente, por meio de um processo dialético, mais ou menos sistemático, irá revisar e ampliar seu conhecimento com a incorporação de novas informações e experiências a fim de decidir os critérios educacionais, que terão significado para cada membro da família, e permitirá dar resposta diária com certa estabilidade. É, portanto, no núcleo familiar, onde são vividos diariamente os momentos de maior intensidade emocional para a duração das relações e, sendo um espaço privado, onde é possível manifestar espontaneamente desejos, esperanças, frustrações e onde as repercussões das situações (dolorosas, extraordinárias ou críticas) viveram em outros contextos (escola e profissional) e onde é difícil demonstrar e canalizá-las. (FERNÁNDEZ, 2002, p.504)

É com essa prática cotidiana da paternidade que as habilidades são fortalecidas e novos recursos são encontrados, pois é, no cotidiano, que aprendemos a responder às necessidades que não têm espera (BACH, 2008).

Assim, o grupo familiar, em sua privacidade, pode decidir as prioridades e formas de resolver as situações do cotidiano, mesmo que nem sempre sejam coincidentes com as dadas em outros contextos e, em muitos momentos, o grau de demanda não é aceitável de acordo com o olhar profissional ou nem sempre responde aos conselhos dados.

Não se trata, portanto, de propor uma prática manual do que precisa ser feito, nem um modelo de estilo educacional rígido, mas o que se busca é valorizar o lugar da família como um lugar de direito, participação e destaque sem confusão nas obrigações, prioridades, responsabilidades e julgamentos de incompetência ou falta de exercício do papel parental (TORRES, 2001).

Os membros da família, não vivem isoladas do ambiente. Uma das competências que a família tem é estabelecer vínculos, mais ou menos intensos com o ambiente próximo para torná-lo um apoio social essencial para sentir membros da

comunidade em que você vive e ser um fator de aprendizagem relacional para as crianças. Encontrar ele permite que as relações e espaços sociais de participação sejam expandidos com sucesso e respondam a muitas preocupações e possam ser constituídos como um grupo de apoio à creche ou em momentos críticos. Relembremos que o mundo de hoje é dividido em físico e virtual.

O novo mundo, faz ver que ao longo da história, a família parecia ter um papel claro, era responsável por educar seus filhos, e a escola era responsável pelo treinamento baseado em critérios predefinidos, uma série de conteúdos e conhecimentos (TORRALBA, 2015).

Entre os dois, com missões bem diferenciadas, eles pretendiam formar cidadãos de acordo com o que a sociedade daqueles tempos considerava como o perfil certo. Ao longo dos anos, a sociedade passou por uma série de mudanças, que tiveram um impacto significativo nas funções da família e da escola, e isso torna inevitável, que nos encontremos em um momento em que é difícil definir quais funções cada um tem, e que deve se sobrepor, refletindo a necessidade de gerar espaços, tempos e ações conjuntas, para que, com a colaboração de ambos os agentes, possamos responder às peculiaridades da formação dos cidadãos. (FACHIN, 2011)

A UNIDADE DIALÉTICA ENTRE ESCOLA-FAMÍLIA, UMA CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As relações família-escola é um tema recorrente no estudo da educação, pois têm sido objeto de reflexão e análise há anos. No passado, essas relações eram geralmente consideradas na perspectiva de uma divisão de funções, colocando que a família era a instituição responsável pela socialização das crianças e da escola responsável pelo ensino do conhecimento. As mudanças vivenciadas pela sociedade têm ajudado a eliminar, cada vez mais, os limites entre as duas instituições e suas respectivas funções. Assim, é fato que nas últimas décadas os roles trocam-se, a escola começou a assumir em muitas ocasiões aspectos da socialização primária que antes eram para as famílias e que, paralelamente, a mídia e a tecnologia permitem que grande parte da aprendizagem tradicionalmente considerada como escola seja adquirida em outros ambientes, incluindo a família (OLIVERA, 2009).

Atualmente, o conceito de participação inclui uma visão ampliada na qual as relações família-escola são propostas como ferramenta essencial para a melhoria dos

processos e resultados educacionais. Nessa perspectiva, o papel dos pais é considerado fundamental no desempenho acadêmico das crianças, enfatizando a necessidade de direcionar esforços para uma colaboração eficaz entre pais e escola. Este é o postulado essencial da chamada abordagem de envolvimento dos pais, que começou há mais de vinte anos no ambiente anglo-saxão, que vem se espalhando progressivamente por outros países para se tornar a perspectiva dominante na análise das relações família-escola hoje (CUNHA, 2010).

No entanto, é evidente que ambas as instituições continuam a constituir contextos de aprendizagem, e é de suma importância hoje e que as duas compartilham a responsabilidade de treinar as novas gerações. Família e escola têm o objetivo comum de formar a personalidade de cada sujeito, que é única e que precisa encontrar coerência e continuidade entre os dois contextos.

Nem a família, nem a escola deve enfrentar o desafio da educação sozinho em nossos dias. Portanto, quando a relação entre família e escola surge em termos de complementaridade e a necessidade de alcançar a colaboração adequada entre eles é pouco questionada. Tal cooperação deve, de qualquer forma, respeitar o direito fundamental dos pais como primeiro responsável pela educação de seus filhos.

Ao respeito, Parolin (2003) assegura:

[...] tanto para a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar-se como crianças para ou para o mundo; não, entretanto, para a família tem suas particularidades que, ao contrário da escola, e suas necessidades que o aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, não enquanto isso ela precisa da família para concretizar ou seu projeto educacional. (PAROLIN, 2010, p.93)

É critério de cientistas da Psicologia, Sociologia e Pedagogia que as relações familiares e escolares são complexas. Essa complexidade, é discutida na literatura especializada por Busquets (2000), Casale e Rus (2003); Garreta e LLevot, 2007; e outros, que apontam que são mundos com experiências vitais, ritmos, expectativas, tipos de organização e diferentes experiências de socialização interdependentes e complementares. Para que as crianças possam processar esses dois mundos e vivê-los positivamente, é essencial para garantir a segurança emocional na construção de sua própria identidade pessoal e social (ARNAIZ, 2001).

Sainz e Acuña (2009) consideram à família e a escola os dois contextos mais influentes no desenvolvimento da infância, por isso é essencial realizar uma relação baseada na confiança, cordialidade e complementaridade. Ambos os contextos visam

promover o desenvolvimento integral e natural dos pequenos, a importância de traçar uma linha educacional clara e coerente que siga o mesmo caminho.

Envolvendo a família na vida das instituições de ensino, há uma necessidade crescente mas não só porque a escola não consegue responder às demandas educacionais da sociedade, mas porque não podemos esquecer as responsabilidades que as famílias têm por seus filhos e, portanto, ignorá-los e realizar processos educativos isolados a eles (BOLIVAR, 2006).

Nesse sentido, os modos variados de comunicação com as famílias contribuem para criar uma relação baseada na confiança mútua e no respeito. E como os contextos familiares e escolares compartilham a socialização das crianças desde cedo, a corresponsabilidade educacional exige a criação de espaços compartilhados para a construção de uma relação que facilite a inclusão do ambiente familiar na instituição de ensino para promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Essa relação segundo Jean Piaget (2007) é:

uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

As influências sobre a criança, segundo Vila e Casares (2009), cria um tecido de aprendizagem individual, crescimento pessoal e conhecimento sobre o ambiente ao seu redor.

Zane (2013), reafirma em diversos artigos e publicações a importância da participação das famílias na escola infantil. Sua filosofia entende o envolvimento familiar como um aspecto necessário e indiscutível para alcançar a segurança emocional dos pequenos, o que os ajuda na construção de sua própria identidade pessoal e social.

De acordo com esses autores, para falar de educação compartilhada, a relação escola-família tem que ir, além do simples contato nas entradas e saídas e troca de informações, muitos outros conceitos como comunicação e participação (MORON, 2006). A participação é, em essência, fundamental e estrutural, não pode ser acessório ou opcional. Quaisquer ações educativas devem ser imediatamente colocadas em diálogo e discussão com famílias e cidadãos.

Na busca de unidade de ação, ambos os contextos devem ser organizados e estruturados de tal forma que, em sua operação, sejam um ambiente real de desenvolvimento, uma vez que, na casa ou na escola, o desenvolvimento não é garantido. É claro que fazer parte dessas duas instituições é promover o desenvolvimento, mas o essencial é que as experiências vivenciadas em ambos os ambientes sejam tão complexas e reais quanto possível, para que se assemelhe ao que na realidade as crianças encontrarão. Portanto, a complementaridade entre a família e a escola é necessária, de modo que o que eles transmitem é um aspecto a ser em mente (PIAGET, 2007).

RESULTADOS E DISCUSÃO

Instituições de ensino e famílias buscam criar canais de comunicação e espaços de interação, pontes onde se encontram, apoiam uns aos outros, escutam uns aos outros e valorizam a tarefa educativa em uma teia de realidades diversas, desiguais e complexas. Levando-se em conta a pluralidade cultural, aceitá-la como riqueza educacional gera múltiplas relações, novos diálogos que permitem explicar as propostas da escola respeitando o funcionamento familiar, as interações do cotidiano e entender suas dificuldades (FREITAS, 2006).

Segundo “SUTTER” 2007 O desafio é integrar diversas demandas e contribuições culturais à sociedade cada vez mais complexa em que vivemos, coragem no fundo das famílias em uma escola culturalmente democrática que, de forma organizada, pode orientar educacionalmente respondendo às necessidades de pais, filhos e profissionais.

Novas estratégias, recursos e serviços que facilitam a comunicação da comunidade educacional e ajudam a passar por barreiras culturais (ENGUIITA, 2007). Na verdade, uma escola inclusiva não pode esquecer que um ingrediente-chave para permitir a inclusão é que as famílias tenham as informações necessárias sobre a escola que as acolhe (YNERARITY, et al., 2018).

Nesta análise, não é possível deixar fora a legislação brasileira enquanto a responsabilidade jurídica da escola e a família em unidade pela educação das novas gerações.

O Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2014) tem estabelecido a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Segundo Freitas e Ferreira (2016, p.36):

Embora não se trate, aí, da relação família-escola propriamente dita, o texto de alguma forma remete a essa relação, na medida em que aponta a educação como responsabilidade comum do Estado e da família. Sendo a escola pública, na nossa sociedade, o principal equipamento para o desempenho da responsabilidade do Estado pela educação, configura-se, nessa corresponsabilidade, o estabelecimento de um vínculo que está na base da relação entre família e escola.

Na LDB no Artigo 2º (BRASIL, 2017) dispõe que a educação é “dever da família e do Estado”. Para Saviani (1997) citado por Resende e Silva (2016), aparece invertidos os termos “Estado” e “família”, em relação ao texto constitucional, isso pode ser causado pelo debate durante a tramitação da LDB, surgido entre os defensores da escola pública e da escola particular, no qual a Igreja Católica “afirmava a precedência da família em matéria de educação, situando o Estado em posição subsidiária” (p. 202). O autor lembra, ainda, que essa precedência da família também é defendida por teóricos do neoliberalismo.

Uma emenda da Constituição Federal do Artigo 208 inciso I (59/2009), estabelece que a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”. O Artigo 4º da LDB, modificado pela Lei 12796/2013, reafirma tais determinações da CF e o Artigo 5º define, como responsabilidade do Poder Público, “recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar”, “fazer-lhes a chamada pública” e “zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. Já o Artigo 6º da LDB (modificado pela Lei no 12.796/2013) determina que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 2017).

Os critérios educacionais que afetam a dinâmica e as respostas educacionais de cada dia, emergem da ideia e baseiam os critérios organizacionais, as decisões do claustro, a metodologia e coesa a forma como o centro responde. Esses critérios são o eixo fundamental da coordenação com as famílias, pois afetam os alunos e o processo de socialização, convivência e aprendizagem que viabiliza seu desenvolvimento e maturidade. Em caso de discrepâncias, as causas devem ser claramente explicadas para evitar mal-entendidos e disfunções.

O isolamento social e uma medida sanitária ante uma problemática ambiental, quando uma das variáveis socio ambientais podem afetar a saúde coletiva das pessoas, então como forma preventiva para que a transmissão de epidemias não aconteça e possa ser minimizada ou evitada, as autoridades sanitárias solicitam a população se colique essa medida. Evidentemente essa medida sanitária tem muito benefício para a saúde humana e sobre todo para proteger aquelas pessoas vulneráveis.

Como consequência da adoção dessa medida, o sistema social sofre mudanças que afetam todos os subsistemas, onde o relacionamento é muito afetado e afeta o sistema educativo em todas as modalidades e níveis, a escala, local, municipal, estadual, nacional e global. Daí a suspensão de todas as atividades escolares de maneira presencial, a escola tende a converter-se em uma instituição facilitadora do ensino; as atividades passam a serem realizadas de maneira virtual através dos recursos tecnológicos disponíveis nos centros educacionais e nas casas dos alunos, criando-se uma verdadeira rede educacional, com a limitação que muitas funções desenvolvidas pelos professores passam a serem desenvolvidas pelas famílias.

Nesse sentido, os professores disponibilizam o conteúdo de ensino e os pais e a família ajudam aos filhos a aprender, assim tem que assumir a função de seguimento e controle da atividade e até avaliar o processo de estudo. O aluno está chamado a criar seu próprio ambiente educativo, que agora é no marco familiar e o relacionamento virtual, fora dos limites físicos da escola. Hoje é uma realidade que para conseguir que o desenvolvimento educativo das crianças e jovens continue seu curso com o menor impacto negativo do isolamento social, a família tem que intercambiar os papéis com a escola.

Hoje é muito difícil para os pais exigir aos filhos que façam uma tarefa docente, quando muitas vezes por questão de trabalho ou tempo, eles mesmos as faziam para que o maninho tivesse uma boa nota ou simplesmente não tivesse vergonha ante seus colegas de sala de aula pela falta de responsabilidade, o câmbio de papéis dos pais exige de uma consciência de qual é a responsabilidade que eles têm. Os êxitos das crianças em isolamento social, agora dependem dos estilos de paternidade que são praticados em suas casas. Só para refletir falamos de dois deles.

O estilo autoritário de paternidade tem como principais características a sobrevivência psicológica das partes afetadas, a desintegração dos caracteres emocionais e comportamentais, transformando-se progressivamente em transtornos

obsessivo-compulsivos de ansiedade, depressão, anorexia, bulimia, problemas no desenvolvimento da linguagem e da fala, entre outros. Os alunos que se mudam para essa educação parental têm dificuldade em tomar decisões, mas raramente pedem ajuda, escondem suas emoções, se mostram expedientes do casal, aprendem a mentir e camuflar a realidade para obter a aprovação dos pais; eles tendem a se tornar agressivos, desobedientes e desafiadores diante de ordens diretas. Os estágios da euforia manifestam-se através de comportamento nervoso, inquietação, sobressalto e muito temperamental, sendo os sujeitos socialmente mais impopulares e com maior índice de problemas de aprendizagem e desempenho escolar.

O estilo permissivo promove a falta de controle e a desobediência social (escola-família-comunidade), figuras de autoridade não têm influência sobre elas, necessidades e interesses estão acima das normas sociais ou de seus próprios recursos, não reconhecem limites ou suas reais capacidades. São adolescentes com problemas de adaptação e, às vezes, com problemas de autoestima, indisciplinados e manipuladores. Eles desenvolvem diferentes distúrbios emocional e comportamentais, como: agressividade, vícios, distúrbios de aprendizagem e déficit de atenção. Eles mostram baixa tolerância à frustração, o que afeta o resultado no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Na literatura consultada, pode-se apreciar que o debate sobre a relação escola-família, é muita antiga como o surgimento da escola mesma, uns, focasse na responsabilidade social de cada instituição na educação das crianças e jovens, outros sobre os câmbios de roles com o próprio desenvolvimento da sociedade, mas todos tem coincidência na importância dessa relação para cumprir o propósito na educação das novas gerações em consonância com a sociedade onde há tocado viver.

A escola tem a missão de planejar, organizar, dirigir e avaliar a ensino e a aprendizagem do aluno, assim como selecionar os conteúdos a serem conhecidos por eles; além disso, tem a responsabilidade de colocar nas mãos dos pais e família toda, as metodologias e fundamentos das ciências que são aprendizados, as normas escolares, os calendários, enfim, para que a família conheça todo sobre a escola. A família pela sua parte, tem que informar todo sobre a vida da criança e manter aos

professores informados sobre as mudanças das crianças, até sua vida social, dessa maneira, a relação escola-família terá o resultado que a sociedade exige delas.

Para alcançar os resultados desejados no aprendizagem das crianças e jovens a escola-família, tem que ser conscientes que nos momentos atuais a sociedade há experimentado uma transformação na educação que provoca uma troca de funciones entre ambas instituições, sobre todo as funções de seguimento, avaliação e controle passa a ser da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAIZ, V. **La seguridad emocional en la educación infantil**. In M. ANTÓN & B. MOLL (coord.) Educación infantil. Orientaciones y Recursos (0–6 anys). Barcelona: CISS–Praxis, 2001.

BACH, E. **Adolescentes, qué maravilla**. Barcelona: Plataforma Editorial, 2008.

BILLARD, J. Escuela y Sociedad (Traducción Vásquez, Eduardo). **Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales. Mérida-Venezuela**. ISSN 1316-9505. Enero-Diciembre. Nº 7 (2002): 167-186.

BOLÍVAR, A. **Familia y escuela: dos mundos llamados a trabajar en común**. Revista de Educación, 339, pp. 191-146, 2006.

BRASI. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf, 2017. Acesso em: out.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2014.

BRONFENBRENNER, U. **La ecología del desarrollo humano**. Barcelona: Paidós, 1987.

BUSQUETS, M. **Família i escola bressol: una relació a vegades complexa**. In-fàn-ci-a, 114, 2000.

CASALE, D.; RUS, E. **La relació amb els pares a l'escola bressol**. In-fàn-ci-a, 130, 2003.

CUNHA, M. A. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 set. 2010. Disponível em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica. Acesso em: 06 out. 2020.

DOWLING, E.; OSBORNE, E. **Familia y escuela**. Una aproximación conjunta y sistémica a los problemas infantiles. Madrid: Paidós Temas de Educación, 1996.

ENGUITA, M. **Educar es cosa de todos**: escuela, familia y comunidad. En JORDI GARRETA (ed.), *La relación familia–escuela*. Lleida: Universitat de Lleida, 13–32., 2007.

FACHIN, R. A. G. **Em busca da família do novo milênio**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FERNÁNDEZ, P. **Corazones inteligentes**. Barcelona: Kairós, 2002.

FREITAS, I. A. **Família e Escola**: A Parceria Necessária na Educação Infantil. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

GARRETA, J.; LLEVOT, N. **La relación familia–escuela**: ¿una cuestión pendiente? In GARRETA (ed.), *La relación familia–escuela*. Lleida: Universitat de Lleida, 2007.

GOMES, H.S.R. **Um estudo sobre o significado de família**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1988.

MORÓN, S. **Què fem amb les famílies a l'escola**. In *fàn-ci-a*, 149, 5, 2006.

OLIVEIRA, N.H.D. **Recomeçar**: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAROLIN, I. **Professores Formadores**: A Relação entre a Família, a Escola e a Aprendizagem, São Paulo: Pulso Editorial, 2010.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

RESENDE, G. F.; SILVA, G.F. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar.** 2016.

RUIZ, D.; FERNÁNDEZ, P. **Las habilidades emocionales en el contexto escolar**. En FERNÁNDEZ, EXTREMERA et al., Santander: Fundación Marcelino Botín, 2009.

SUTTER, G. **Refletindo sobre a relação família escola, 2007**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/refletindo-sobre-a-relacao-familia-escola/926/>. Acesso em: out. 2010.

SUTTER, G. **Refletindo sobre a relação família escola, 2007**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/refletindo-sobre-a-relacao-familia-escola/926/>. Acesso em: set. 2020.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, 2002.

TORRALBA, F. **Conferência Seminário Educação emocional**: Liderazgo y Empatía. Colegio Universitario Henry Dunant. Barcelona, 2015.

TORRES, R. M. **Educação para Todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

VILA, I.; CASARES, R. **Educación y sociedad**. Una perspectiva sobre las relaciones entre la escuela y el entorno social. Barcelona: ICE Universidad de Barcelona, 2009.

YNERARITY, O. (et al). **Proyecto de Investigación Inclusión socioeducativa de personas con necesidades educativas especiales (NEE) en los contextos de escuela, familia y comunidad**. Camagüey, Cuba, 2018.

ZANE. A. D. S. **A função da família na educação escolar**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Goioerê, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4497/1/MD_EDUMTE_2014_2_1_15.pdf. Acesso em: set. 2020.